

EMPRESAS

MERCADO JÁ VALE MAIS DE 700 MILHÕES DE EUROS

Estado não faz cumprir legislação em vigor no setor da segurança

As empresas de segurança representam um volume de negócios de 700 milhões de euros anuais e o setor emprega quase 37 mil trabalhadores. No entanto, a atividade defronta-se ainda com vários problemas, com especial destaque ao facto de o Estado não conseguir fazer cumprir a legislação em vigor, “tolerando por omissão o avanço do trabalho não declarado”, adiantou à “Vida Económica” Rogério Alves, presidente da Associação de Empresas de Segurança (AES).

GUILHERME OSSWALD
guilherme@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Quais as principais ameaças que se colocam à vossa atividade?

Rogério Alves – Nos últimos anos, algumas empresas divisaram uma “oportunidade” para conquistarem quota de mercado à custa do não cumprimento em matéria de salários e outras contrapartidas do trabalho prestado, a que se adiciona o inevitável incumprimento de deveres para com o fisco e a segurança social. A resposta do Estado a esta realidade funesta tem sido muito pouco eficiente e demasiado branda para com os incumpridores. Em consequência, os trabalhadores das empresas socialmente responsáveis e cumpridoras das suas vinculações legais têm sido fortemente penalizadas. A associação manterá este assunto na ordem do dia, porque na sua resolução reside a chave da sobrevivência do setor.

VE – Que novas oportunidades se colocam às empresas de segurança, tendo em conta o atual contexto?

RA – A envolvente criada impõe que se aperfeiçoem os meca-

nismos de coordenação com as forças de segurança públicas, desenvolvendo uma resposta conjunta aos desafios de segurança que a Europa enfrenta. A ameaça do terrorismo exige um reforço do investimento público na área da segurança, o que está a levar vários países a repensarem como a segurança privada pode melhor complementar as forças de segurança públicas, libertando os meios estatais para o combate às ameaças mais prementes. A resposta a estes desafios passa também por um investimento crescente da segurança privada em tecnologia, que permita melhorar a deteção antecipada das ameaças e prevenir incidentes. Um exemplo nesta matéria é a aplicação de tecnologia à deteção de fogos florestais. Impõe-se, portanto, que o enquadramento regulatório evolua, permitindo que o setor privado possa aportar estas valências à segurança das sociedades. Tudo isto num ambiente de cooperação e complementaridade. A reafirmação da importância da nossa atividade permitirá alargar os serviços prestados a outras áreas onde a segurança privada ainda não exerce funções. Falamos do combate aos fogos florestais, como se tem falado nas prisões e se poderá falar noutros segmentos.

Evolução foi exponencial em termos de novas tecnologias

VE – Tem existido investimento em tecnologia para dar resposta às necessidades e exigências do mercado?

RA – Existe, de facto, uma procura crescente por tecnologia de segurança. Os avanços tecnológicos estão a expandir de forma exponencial a capacidade de antecipar incidentes. Hoje há soluções de analítica de vídeo ou de voz que permitem detetar padrões anómalos (por exemplo, objetos deixados em espaços públicos, concentrações ou fluxos invulgares de pessoas) que podem antecipar potenciais incidentes de segurança. As soluções “big data” permitem também agregar e correlacionar fontes de informação muito diversa que, de forma isolada, não significam nada, mas que em conjunto permitem

identificar potenciais riscos de segurança. Para que, enquanto sociedade, possamos beneficiar desta melhoria da segurança, é importante que a legislação se adapte à evolução da tecnologia.

VE – A AES organizou uma conferência sob o tema “Desafios da segurança privada na Europa e o caso de Portugal”. Quais as principais matérias que estiveram em debate?

RA – A conferência teve a chancela da AES e da Confederation of European Security Services (CoESS). No quadro alargado definido, a conferência abordou os principais desafios que o setor da segurança privada enfrenta na Europa, dando algum ênfase ao contexto que se vive no mercado português. O setor sente uma responsabilidade acrescida, que consiste em responder – de forma eficaz e competente – aos desafios que a Europa enfrenta em ma-

Peritos falam de aprender em tempos de disrupção

A Católica Porto Business School promove, de 12 a 14 de outubro, a conferência EFMD, este ano subordinada ao tema “Aprender em tempos de disrupção”. O encontro internacional reúne, no Porto e ao longo de três dias, um conjunto de profissionais que atuam na área da qualificação de executivos

téria de segurança, que implicam maior exigência própria e uma coordenação reforçada com as forças de segurança pública. Infelizmente, e a contradição com estas exigências, constata-se que alguns estados, incluindo o português, não são capazes de fazer cumprir as leis laborais e fiscais, criando um clima adverso para as empresas cumpridoras e para os seus trabalhadores, que veem os postos de trabalho ameaçados, num mercado onde a infração às regras cada vez compensa mais e a sã concorrência sucumbe.



O presidente da Associação de Empresas de Segurança, Rogério Alves, afirma que existe um clima adverso para as empresas que cumprem as leis laborais e fiscais.